



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 11ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1 No vigésimo terceiro dia do mês de julho de 2015, às 14h, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes
2 do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul - Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº: 80 –
3 3º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS com os seguintes pontos de pauta: **1º) Política Estadual**
4 **de Saúde Mental. Titulares:** Juliano Wingert, Jairo Tessari, Maria Rita, Inque Schneider,
5 Alexandra Ximendes, Viviane Menezes, Rosemeri Suzin, Zilá Cohen, Ana Valls, Ana Albernaz,
6 Célia Chaves, Odil Gomes, Sandra Leon, Claudio Augustin, Luiz Pinheiro, Camila Jacques, João de
7 Deus, Adão Zanandrea, Alcides Pozzobon, Claudia Santos, Eni Bahia, Ivete Dornelles, Ivarlete
8 Guimarães. **Suplentes:** Mara Soeiro, Elson Farias, Paula Fortunati, Teresinha Cardoso, Tatiane
9 Adamski, Cristiane Pegoraro. Célia abre a plenária Chamando para compor a mesa, a conselheira
10 Aglaé Regina, o Coordenador da Saúde Mental, Luiz Coronel, a Coordenadora Adjunta, Marelise
11 de Sousa, o Diretor do Departamento de Ações de Saúde Elson Farias e as conselheiras
12 representantes da Comissão de Saúde Mental, Sandra Leon e Cristiane Pegoraro. Ela diz que terão
13 um primeiro momento de falas da mesa, com falas da gestão a respeito do que está sendo entendido
14 como Política Estadual de Saúde Mental no Rio Grande do Sul, uma apresentação das respostas aos
15 questionamentos feitos na primeira plenária do CES do ano e uma manifestação da Comissão de
16 Saúde Mental, se os questionamentos foram realmente respondidos. Ela diz que em um segundo
17 momento dará a palavra para os conselheiros do CES e em um terceiro momento, dará a palavra
18 para o público da plenária, e que as inscrições estarão abertas somente durante as falas da mesa.
19 Aglaé diz que esse é um momento de civilidade muito importante, onde todos poderão claramente
20 mostrar qual é a Política Estadual de Saúde Mental do governo e com o que estão comprometidos.
21 Luiz Coronel diz em nome do grupo de Saúde Mental do Estado, que o espírito de fazer o melhor
22 pela população continua o mesmo, e que esse é um momento importante para trocar ideias, corrigir
23 as que estão erradas e aperfeiçoar as corretas. Sandra Leon diz que o intuito dessa plenária, é de que
24 possam ouvir tudo que a secretaria tem a dizer sobre os questionamentos, para fazerem essa
25 construção em conjunto. Elson introduz o assunto da Política de Saúde Mental, diz que estão todos
26 na construção do SUS, que ele é fundamental para explicitar quais são as políticas de saúde, e
27 principalmente quais serão prioritárias. Ele diz que para a construção do SUS, eles têm que estar
28 envolvidos nas redes, e que não se faz nenhum ponto de atenção sem que ele esteja interligado com
29 algum ponto de comunicação sem ser ele mesmo, e que quando se fala em uma política de redes,
30 estão falando de política de cuidado. Ele diz que criaram as redes de cuidados, e que as duas
31 principais são a rede de cuidado a partir da atenção básica e a rede de atenção psicossocial, ele diz
32 que a Política de Saúde Mental está coordenada com o cuidado em ações de saúde. Marelise faz
33 duas apresentações para a plenária, uma mostrando o principal foco da Política de Saúde Mental,
34 que é a atenção básica e mostra os núcleos dentro dela, mostra também a atenção psicossocial,
35 mostrando também os principais planejamentos até o ano de 2019, apresentando as respostas aos
36 questionamentos feitos. Célia passa a palavra para a coordenação da Comissão de Saúde Mental do
37 CES. Sandra Leon diz que acompanharam atentamente o retorno, diz que as questões encaminhadas
38 a Sessão de Saúde Mental, foram respondidas de acordo com tudo que foi perguntado. Ela diz que
39 estão otimistas com os retornos, mas que continuarão com essa parceria, acompanhando o trabalho,
40 execução e cumprimento dessa Política de Saúde Mental, e que estarão atentos, para que não haja
41 retrocessos nas ações de saúde mental. Cristiane diz que todos os questionamentos estão
42 contemplados com essas respostas, diz que ainda terão que discutir qual é a lógica de cuidado que

43 está impressa dentro de tudo que foi apresentado, porque segundo ela, isso ainda não está claro.
44 Célia abre o espaço para os conselheiros fazerem suas falas. Alexandra parabeniza a Secretaria
45 Estadual de Saúde pela objetividade dos dados apresentados, ela resgata que o Secretário João
46 Gabbardo esteve nas plenárias do CES, e diz que essa apresentação está coerente com a fala dele no
47 investimento primordial na atenção básica. Ela diz que o debate sobre o total desinvestimento
48 público nas comunidades terapêuticas, foi amplamente debatido nas conferências estaduais, e na
49 nacional. Ela questiona sobre a implantação do serviço de neuromodulação, pergunta se serviço está
50 aprovado na política de Saúde Mental do ano passado, ela diz que não tem investimento público do
51 SUS nesse tipo de serviço, e questiona se a Secretaria entende que devem fazer investimento
52 público nesse tipo de terapêutica. Ela retoma a resposta da relação do Estado com a escola de saúde
53 pública, ela diz que entendem que é de gestão da escola, mas que não é algo separado das demais
54 instâncias do Estado, e que é um órgão estadual. Ivarlete diz que apesar dos questionamentos serem
55 respondidos com a apresentação, algumas questões ainda ficaram em aberto, e diz que na
56 apresentação não fica claro o processo das políticas de saúde mental, e diz que não viu nenhuma
57 preocupação com a diminuição dos leitos de internação psiquiátricos. Ela diz que na questão do
58 serviço de modulação, ela reforça o questionamento da Alexandra, de que eles tem dificuldades para
59 investir na desinstitucionalização, e diz que desinstitucionalização não são só os residenciais
60 terapêuticos, e diz que tem várias atividades da cultura que segundo ela, o Estado poderia dar
61 continuidade. Ela conclui dizendo que o CES precisa chamar a ESP para vir apresentar o seu plano
62 de educação permanente em saúde. Zilá diz que estão contentes com a apresentação, mas que ainda
63 tem coisas que assustam, como as notícias que ela ouviu sobre o IPF. Ela diz que estão criando
64 CAPs de tratamento sobre maconha, e disse que ouviu falas do Psiquiatra Gentil de que eles não
65 estão enfrentando bem a situação. Ela pergunta ao Governo se sabem de onde foi recolhida toda a
66 maconha que apareceu nas notícias, diz que não foi noticiado de onde recolheram ela. Ela conclui
67 dizendo que a lei da Psiquiatria deveria ser revista dentro de 5 anos, para ver se ela funcionou ou
68 não. Miriam pergunta quais são as ações da gestão de saúde mental em relação ao fato da
69 desinstitucionalização do IPF ser desmantelado. Claudio traz duas questões sérias para debate, na
70 primeira ele diz que as políticas de saúde devem ser aprovadas pelo CES, diz que são políticas de
71 saúde que orientam as pactuações, e não o contrário que segundo ele, tem sido prática. Ele diz que o
72 PPA não foi pactuado, diz que tem que passar pelas instâncias de deliberação, ser formulado para
73 depois se tornar uma política pública. Ele diz que a segunda questão é de que na apresentação, não
74 fala nada de política no sentido de fazer a prevenção da saúde mental, ele diz que para que muitos
75 municípios consigam fazer essa política, ela precisa de incentivos financeiros de políticas do
76 próprio Estado, e diz que deveriam ter no mínimo, uma política de prevenção de adoecimento da
77 saúde mental para os servidores do Estado. Ele conclui dizendo que apesar dessas questões não
78 estarem nos questionamentos formulados, elas fazem parte de todo o debate do CES tem feito.
79 Terezinha parabeniza a mesa pelo trabalho e pela apresentação, e diz que estão com um foco que é
80 fortalecimento da atenção básica de saúde, e diz que o programa de residência segue essa política.
81 João de Deus diz que os questionamentos foram contemplados, mas que necessitam muito mais do
82 que isso. Ele diz ao Luiz Coronel que não concordam com o que foi apresentado foi, porque o PPA
83 não foi aprovado por eles dentro do CES, como foi dito pelo Claudio. Ele conclui dizendo da
84 necessidade de construir um GT com a participação do usuário nesse processo. Aglaé diz que esse é
85 o momento para o PPA ser aprovado no CES, e depois ser aprovado na Assembleia Legislativa, ela
86 diz que o que foi colocado na apresentação pela Secretaria Estadual de Saúde, foi uma possibilidade
87 de cumprimento. Ela diz que colocaram no PPA, dentro da política fixada, o que eles entendem que
88 tem condições financeiras para realizar, e conclui dizendo que é a região que tem que dizer quais os
89 pontos de atenção da rede de Saúde Mental que tem que ter em sua região, e que isso precisa ser
90 discutido com os municípios. Adão diz que tiveram um bom progresso com as respostas. Ele fala da
91 preocupação de quando se ocupam os leitos hospitalares, aonde são abrigados a grande gama de
92 doentes mentais idosos, e diz que o Estado Federal, Estadual e Municipal não se preocupam em
93 atender idosos vulneráveis. Ele conclui dizendo que essa política não se constrói com críticas, e sim
94 com reflexões. Célia passa a palavra para a mesa e a coordenação da Saúde Mental, para

95 responderem os questionamentos. Luiz Coronel destaca o questionamento feito em relação a
96 atenção básica das ações preventivas, diz que não ficou tão destacado no relato porque as perguntas
97 não permitiram, mas diz que é o fundamento em suas atenções em saúde mental, e que é o primeiro
98 programa que já está em funcionamento, e diz que toda a atenção básica do RS estão há dois meses
99 recebendo a capacitação para identificar precocemente transtornos mentais de comportamentos, diz
100 que essa é a primeira grande ação e que também é a primeira vez que essa rede recebe essa
101 capacitação. Ele diz que terminando esse módulo, começarão o segundo, com a intenção de inverter
102 os gastos, que em 70% em hospitalização, que serão 70% nas ações preventivas e 30% para
103 especialização. Ele diz que o questionamento feito pelo Adão, sobre a epidemia de problemas de
104 comportamentos emocionais ligados a idade, ele diz que esse um dos problemas que não foi
105 contemplado no relato porque não foi perguntado, e diz que isso está contemplado, e que é uma das
106 políticas prioritárias na recuperação do paciente. Elson reforça a fala do conselheiro João de Deus,
107 diz que o SUS está sem financiamento, e que o Saúde Mais 10 não foi aprovado, ele diz que é difícil
108 falar em um SUS de qualidade, quando sua base não está qualificada. Ele conclui dizendo que
109 juntos conseguirão um financiamento para ter SUS que desejam. Cristiane esclarece que o serviço
110 de neuromodulação não foi aprovado nessa política estadual aprovada pelo CES, ela diz que
111 também não foi aprovado o aumento das vagas de comunidades terapêuticas, e que na política está
112 escrito que não se recomenda nenhum tipo de aumento. Ela conclui dizendo que a gestão está em
113 compromisso com uma apresentação do PPA, para discutirem as preposições que estão sendo feitas.
114 Célia abre para os convidados da plenária fazerem seus questionamentos. Igor, residente do Educa
115 Saúde, lê uma carta aberta do Coletivo de Residentes de Saúde Mental Coletiva da UFRGS,
116 dizendo que a Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da UFRGS, desde
117 2009 manteve atuação junto aos serviços residenciais terapêuticos, vinculados ao Hospital
118 Psiquiátrico São Pedro, e que manteve vínculos com grupos desse mesmo hospital, em ações junto a
119 equipes e usuários, efetuando atividades orientadas pela perspectiva da desinstitucionalização. Ele
120 lê que a partir de julho de 2015, as atividades se encerraram, devido a incompatibilidade entre o
121 projeto político pedagógico da residência da UFRGS, e os esforços da gestão atual, e que a
122 perspectiva da gestão atual com base na lógica manicomial, que têm sido operado em todos os
123 cenários gerados pelo Hospital Psiquiátrico São Pedro e residenciais terapêuticos, estavam
124 induzindo um modelo de assistência tutelar, e aprisionador em relação aos seus moradores, e esse
125 desmonte da política de saúde mental, tem sido realizado por meio de uma série de ações da gestão,
126 ele destaca as principais ações, incluindo a proibição do grupo de teatro Nau da Liberdade no
127 evento Mental Tchê. Ele conclui a leitura dizendo que como Residência Integrada Multiprofissional
128 em Saúde Mental Coletiva se recusam a compor no espaço da lógica manicomial, e diz que o
129 trabalho em saúde mental deve ser voltado a produção da diferença, para a construção de uma
130 sociedade que sustente a mesma, e que é esse o projeto da saúde mental coletiva eles defendem. Ele
131 conclui dizendo que o grupo que está presente na plenária quer a prática em liberdade, diferente da
132 prática carcerária que foi apresentada. Rafael, psiquiatra e consultor na saúde mental, esclarece no
133 item de neuromodulação, que a coordenação de saúde mental está ciente das restrições dessa prática
134 no SUS, e pede para que se tenha a oportunidade de apresentar sobre a estimulação magnética, que
135 atualmente só é disponibilizada na rede privada, e entende que o usuário do SUS também tem
136 direito a ela. Ele conclui dizendo que podem prestar esse esclarecimento sobre essa técnica de
137 estimulação magnética em um devido fórum, e apresentar também os custos benefícios dela. Maria
138 Conceição, integrante do grupo Nau da Liberdade, faz um convite para todos da plenária para o 43º
139 Festival de Cinema de Gramado, em agosto, e diz que o grupo Nau da Liberdade está concorrendo,
140 ela deixa seu tempo restante de fala para a usuária Sandra. Sandra pede para que sejam investidos
141 recursos para o sujeito, diz que estão em crise, mas que não tem crise para manter um sujeito em um
142 manicômio por anos e não dar direito a liberdade. Ela conclui pedindo para que pensem no usuário
143 como um ser humano, e não como um louco que precisa ser trancado a vida toda. Gilberto, médico
144 do Hospital São Pedro, diz que o corpo técnico do hospital, tem competência e experiência em
145 atender pacientes, e diz que o hospital tem sido assediado moralmente por um grupo, ele diz é
146 preciso fazer desinstitucionalização com critérios técnicos e não emocionais. Ele diz que os

147 movimentos feitos às pressas de desinstitucionalização, ocasionaram um grande aumento de
148 mortalidade na população, e que são dados estatísticos do SUS, diz que trouxe uma apresentação,
149 com a intenção de fazer um debate técnico, mas que não pode apresentar. Célia responde que não
150 havia combinado essa apresentação, mas que podem pautar para uma próxima plenária. Gilberto faz
151 um último comentário sobre o grupo Nau da Liberdade, ele diz que abriu um novo grupo de teatro
152 dentro do hospital para usar as artes cênicas como parte do tratamento, e não para levarem pacientes
153 andando só para mostrarem emblemas de movimentos. Maria Lúcia diz que os usuários de saúde
154 mental precisam de oportunidades na vida para serem alguém. Ana Maria diz que os trabalhadores
155 de São Leopoldo estão em greve porque o governo não paga o salário dos profissionais. Ela diz que
156 teve dois parentes que faleceram no Hospital São Pedro, e diz que não pretende ir para lá. Marelise,
157 arquiteta e terapeuta, diz que existe um problema de linguagem quando só pessoas com doenças
158 mentais estão sendo tratadas e os autistas não estão sendo contemplados, diz que estão em dúvida
159 existirá um tratamento adequado para pessoas com outras síndromes ou altismo. Ela diz que não
160 encontrou em nenhum item da política apresentada, algo relacionado as moradias privadas, e sua
161 regulamentação, fiscalização e implementação no Estado, ela diz que existem familiares e mães
162 muito adoecidas, ela pede para que essas situações do cuidado aos familiares de pessoas com
163 doenças mentais e a das moradias privadas, fossem incluídas na pauta de alguma plenária. Luiz
164 Ferreira diz que considera aumento de investimento em residências terapêuticas como uma farsa, e
165 desperdício de dinheiro público, e que precisam investir em CAPS, serviços comunitários e
166 semelhantes. Ele diz que trabalhou no Hospital São Pedro, e que respeita os profissionais, mas diz
167 muita gente faleceu nele, e diz que não é culpa dos trabalhadores e sim porque não existem as
168 condições mínimas de trabalho no hospital. Ele conclui dizendo que seus argumentos são pautados
169 no cuidado em liberdade e em uma ética de cuidado em saúde mental. Solange, usuária da saúde
170 mental, diz que infelizmente o mundo da psiquiatria é um mercado de vidas controlado e uma
171 fábrica de loucura, e diz que ela já foi tratada por profissionais apenas como uma louca, e não como
172 um ser humano, e que aos profissionais que investiram e investem nela, e agradece até aos que
173 desistiram dela. Ela diz que como protagonista da saúde mental, quer reivindicar a devolução dos
174 direitos de liberdade, e poderem trabalhar em todos os âmbitos ligados a saúde mental, política,
175 social e cultural. Ela conclui pedindo para que não tirem o direito que foi conquistado com muita
176 luta, e diz que é possível juntos criarem uma política de saúde pública, onde todos podem ser
177 cuidados em liberdade na sociedade, e pede para não desistam dos usuários, mas que invistam neles.
178 Darci faz seis perguntas para a mesa, ele pergunta qual é o valor das internações nos hospitais
179 especializados, pergunta qual é o valor dos serviços na neuromodulação, pergunta o porquê de
180 aumentarem quatro vezes o número de comunidades terapêuticas, e qual o sentido desse
181 investimento, pergunta qual é o motivo de manterem os leitos de hospitais especializados, e não
182 aumentarem os hospitais gerais, e se isso seria terceirização de serviço, pergunta o porquê de sair da
183 SRT, e por fim pergunta qual é o medo que eles têm da cultura na saúde mental. Pedro,
184 representante do CAPs Amanhecer de Canoas, diz que foi usuário há muito tempo, e diz que todas
185 as comunidades terapêuticas que ele conhece trabalham da mesma forma, diz que a maioria dos
186 trabalhadores nessas comunidades são ex-dependentes químicos que cuidam de dependentes
187 químicos, e que os psiquiatras e psicólogos aparecem só uma vez por semana. Ele diz que conhece
188 o Hospital São Pedro há 47 anos, diz que as reformas do prédio ficaram boas, mas a reforma do
189 ambiente da saúde mental andaram lentamente, e diz que concorda que os trabalhos tem que ter um
190 embasamento técnico, mas acredita que a experiência compartilhada também importa nos
191 tratamentos. Marina diz que na plenária, o usuário deveria falar primeiro, e depois os conselheiros e
192 gestores, diz que o usuário deveria estar em primeiro lugar. Célia esclarece que metade do conselho
193 é formado por usuários, e que não é formado só por gestores, diz que a maioria das pessoas que
194 falaram em nome do conselho, eram usuários e trabalhadores. Marina diz sobre o financiamento da
195 RAPs, diz que 45% do dinheiro dos trabalhadores do país, ou seja mais de um trilhão e meio vai
196 para banqueiros e empresários. Ela diz que pelo que ela entendeu na apresentação, quase metade do
197 orçamento da população vai para comunidades terapêuticas, ela pergunta qual é a previsão de
198 desinstitucionalização das pessoas que ainda se encontram no manicômio. Ela pergunta quando

199 colocarão cargo público através de concurso público, para trabalhadores que não são considerados
200 da área da saúde, mas que fazem a diferença no tratamento de saúde mental, como arte, educadores,
201 professores de educação física, músicos e semelhantes, ela diz que precisam rever esse conceito de
202 liberdade no direito de ir e vir que está sendo feito. Ela conclui dizendo que gostariam de debater e
203 pensar se a política está sendo feita, e diz que os usuários e trabalhadores tem totais condições de
204 dizer o que é melhor para o usuário, e não somente os gestores que tem representado eles. Marelise
205 e Luiz Coronel esclarecem que 6 milhões por mês é o valor RAPS, e o das comunidades terapêuticas
206 é de 554 mil por mês, e não 3 milhões, e que o orçamento gasto em saúde mental por ano é de 230
207 milhões. Gabriel diz que vai passar a sua fala para o usuário Claudinei, Claudinei diz que é usuário
208 há 35 anos, diz que está sendo tratado no CAPs 3, e diz que esta livre de drogas há um mês e que
209 está gostando muito do tratamento, e diz que não quer ser tratado como louco, e que só quer se
210 reintegrar à sua vida social como um profissional. Veridiana, trabalhadora e militante, pergunta qual
211 é a associação das falas do coordenador Luís Coronel sobre o Hospital São Pedro pela mídia, com
212 essa realidade dos desabrigados. Ela diz que quando um governo diz que é preciso investimento em
213 eletrochoque em vez de investir em CAPs e em políticas que pessoas como ela estão lutando para
214 que se consolidem, esse governo está falando de uma concepção política e que não estão
215 considerando a história vem se construindo desse outro cuidado. Ela pergunta sobre a portaria do
216 governo do Estado passado, de um comitê de política para pessoas em situação de rua, pergunta
217 como está esse processo, e se existe espaço nesse governo para construir de uma forma democrática
218 e dar continuidade. Marlon, sócio do Nau da Liberdade, diz que apesar dos problemas que o grupo
219 Nau da Liberdade enfrentou, ele diz que o grupo não vai acabar, e vai para Gramado com força e
220 humildade. Vilmar diz que é um morador de rua, diz que gostaria de ser tratado em uma redução de
221 danos e não ser trancado em um manicômio, e diz que moradores de rua não devem ser tirados das
222 ruas a força e serem trancados em um manicômio, e segundo ele comunidade terapêutica e dinheiro
223 público indo fora. Célia diz que as inscrições foram concluídas, ela esclarece no questionamento da
224 ordem de falas da plenária, lembrando que é uma plenária ordinária do CES, e que diferente de
225 outros conselhos que não abrem suas plenárias para participação pública, o CES sempre abre
226 quando possível, ela aproveita e agradece ao Ministério Público do Estado por terem cedido seu
227 auditório, e diz que o auditório do CES não teria condições de abrigar todos os convidados previstos
228 para essa plenária. Ela passa a palavra para a mesa, no primeiro momento para a gestão de saúde
229 mental, para responderem os questionamentos, e depois para a coordenação da Comissão de Saúde
230 Mental do CES. Luiz Coronel diz que sua política é coerente, tem uma lógica territorial baseada na
231 prevenção e no centro de atendimento psicossocial. Ele diz que na questão do atendimento
232 especializado dos CAPs, que o governo está terminando de organizar um site, e que em setembro
233 estará no ar, com acesso livre onde quem vai fazer o controle do funcionamento das CAPs, leito do
234 hospital geral e outros dispositivos, é o povo. Ele conclui dizendo que os recursos na saúde mental
235 estão 100% garantidos, e que vão analisar os questionamentos e responder em uma outra plenária.
236 Marelise diz que todas as colocações foram ouvidas muito atentamente, e que darão continuidade
237 no processo de analisar o que é o melhor para o usuário e para a população. Elson Farias agradece a
238 todos os trabalhadores e usuários que estão presentes na plenária. Sandra Leon agradece a secretaria
239 de saúde mental pelo trabalho que apresentaram, e diz que o fato de terem as respostas não significa
240 que eles concordam com todas elas, diz que continuarão acompanhando todo esse processo. Ela diz
241 na fala do Gilberto sobre os serviços residenciais terapêuticos que foram fechados serem
242 inadequados, ela diz que a Comissão de Saúde Mental junto com a Comissão de Fiscalização,
243 estiveram visitando todos esses serviços residenciais, e que fizeram um parecer que foi
244 encaminhado para os promotores e para a secretaria, e que esses residenciais estavam adequados e
245 respeitavam os direitos dos usuários, e que esses residenciais foram fechados sem um motivo
246 concreto, e conclui dizendo ainda a respeito das falas do Gilberto, que compreendem a questão
247 técnica e sua importância na desinstitucionalização, mas que ela não é a única parte importante, o
248 afeto, amor e cuidado também são elementos importantes, e que essa lógica deve ser respeitada.
249 Cristiane diz que dois pontos ficaram em desacordo nessa política, que é a questão da
250 neuromodulação e o aumento das vagas das comunidades terapêuticas. Ela diz que terão a

251 apresentação do programa da residência multiprofissional da ESP, e que estão fazendo esse
252 encaminhamento hoje, e diz que vão tomar a carta do Educa Saúde como uma denúncia a ser
253 averiguada no âmbito do CES, e que as situações expostas nela são bastante preocupantes. Ela
254 reforça a fala da conselheira Sandra Leon, e diz que as questões técnicas jamais podem se sobrepor
255 aos direitos dos usuários, ela conclui dizendo que é preocupante pensar qual é a lógica de cuidado
256 que será abordada no âmbito das capacitações das RAPs. Ivarlete pede para que a atual gestão
257 fizesse uma apresentação de qual é o projeto de desinstitucionalização, para o instituto psiquiátrico
258 em um plenário do CES. Luiz Coronel diz que coordena esse processo não é a coordenação de
259 saúde mental, e nem o Estado, e sim o Tribunal de Justiça, e que se eles tiverem alguma demanda
260 deveriam se dirigir ao juiz Luciano Losekann. Ivarlete diz terá recursos públicos do SUS investido
261 nessa política, e diz que tem que receber esse projeto no CES, para ser avaliado e acompanhado
262 para a sua implantação. Nada mais havendo a tratar, Célia Chaves deu por encerrada a reunião, da
263 qual eu, Juan Veiga Rodrigues lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela
264 Mesa Diretora. Porto Alegre, 23 de julho de 2015.

Célia Chaves
Presidente do CES/RS

Claudio Augustin
Vice Presidente do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS

Ana Maria Valls Atz
Coordenadora do CES/RS

Paulo Humberto Gomes da Silva
Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

Jairo Francisco Tessari
Coordenador do CES/RS

Aglaé Regina da Silva
Coordenadora do CES/RS